

Orientações éticas para a antropologia prática: O caso de uma associação profissional na Alemanha¹

Peter Schröder²

Resumo

A atuação antropológica em meios não-acadêmicos é um dos temas mais persistentes nos debates sobre a ética profissional da área. Códigos e diretrizes de ética são particularmente interessantes, porque tocam questões e assuntos que, afinal de contas, visam de alguma forma possibilidades reais e potenciais de transformação dos ambientes sociais estudados por antropólogos. Quando o autor fundou, junto com colegas, uma associação profissional registrada de antropologia do desenvolvimento em 1991 na Alemanha, um dos grandes desafios era legitimar a própria existência da associação perante um *establishment* profissional em partes adverso (ou até hostil) à iniciativa por demonstrar um compromisso sério com princípios éticos de atuação profissional, embora, ironicamente, a pró-

¹ Versão modificada de uma comunicação apresentada no GT “Ética em pesquisa e trabalho de campo: possibilidades e dilemas”, na VII Reunião dos Antropólogos do Mercosul (VII RAM), Porto Alegre, julho de 2007.

² Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPE. E-mail: pschroder@uol.com.br / kanarawa@ufpe.br. O autor foi co-fundador, membro da diretoria (1991-93), vice-presidente (1992-93) e presidente (1993-94) da associação de que trata o artigo.

pria Associação Alemã de Antropologia até hoje não tenha conseguido produzir diretrizes éticas próprias. Depois de elaborar, em 1990, uma primeira versão de orientações éticas, a Associação de Antropologia do Desenvolvimento (AGEE) publicou, em 2000, uma versão revista e ampliada, amplamente divulgada e debatida na comunidade antropológica nacional. Este texto é uma reflexão sobre os debates em torno dessas orientações e seus desafios de revisões e questionamentos constantes.

Palavras-chave: antropologia prática, ética profissional, orientações éticas, antropologia do desenvolvimento, antropologia alemã.

Abstract

Anthropological practice in non-academic fields is one of the most permanent subjects in discussions about the professional ethics of the discipline. Ethical codes and guidelines are especially interesting, because they refer to problems and topics which, after all, somehow aim at real possibilities and potentials for change of the social environments studied by anthropologists. When the author of this article founded in 1991 in Germany, together with some colleagues, a professional association for development anthropology, one of the major challenges was to justify the association's existence by itself in face of a professional establishment partly adverse (or even hostile) to that initiative. So, it became necessary to demonstrate earnest commitments to ethical principles of professional practice, although, ironically, the German Ethnological Association by itself has not been able hitherto to edit its own ethical guidelines. After preparing a first draft of ethical guidelines in 1990, the Association for Development Anthropology (AGEE) published a reviewed and extended version in 2000, which was widely discussed among German anthropologists. This text is a reflection about the debates around these guidelines and their challenges for constant revisions and questionings.

Key words: practical anthropology, professional ethics, ethical guidelines, development anthropology, German anthropology.

Introdução

Em sua conferência de abertura da XX Reunião Brasileira de Antropologia, proferida no dia 14 de abril de 1996, em Salvador, Bahia, Roberto Cardoso de Oliveira comentou que “Questões de moral e de ética têm [...] sido sistematicamente evitadas por nossa disciplina, exatamente por receio de infligir seu compromisso com o fantasma do relativismo” (2000:170). Esta observação é surpreendente à primeira vista, em face de numerosos pronunciamentos políticos, em parte moralizantes, de antropólogos referentes ao envolvimento – histórico e atual – de representantes da disciplina em políticas coloniais, neocoloniais, desenvolvimentistas, totalitaristas e de espionagem (Bonhomme 2007, Leclerc 1976, Seithel 2000:71-177). Ela causa surpresa ainda maior quando se leva em consideração que uma parte dos antropólogos contemporâneos – e não só alguns adeptos do pós-modernismo – constrói suas identidades profissionais por referências discursivas a esses envolvimento como um exercício constante de exorcismo.

A antropologia prática, na realidade, oferece excelentes oportunidades para refletir sobre questões de eticidade na atuação profissional, o que o próprio Roberto Cardoso de Oliveira realizou na conferência citada usando o exemplo do indigenismo latino-americano. Em vez de lançar olhares de uma antropologia acadêmica domiciliada em universidades ou centros de pesquisa sobre a ‘outra’ antropologia, o que acontece com frequência, proponho neste texto ver como os próprios profissionais envolvidos na antropologia prática abordam os desafios éticos de sua atuação. Como exemplo escolhi o caso de uma associação profissional de antropologia do desenvolvimento, então de uma subárea da disciplina que sempre tem estimulado posicionamentos bastante heterogêneos devido ao caráter político e ideológico do próprio conceito de desenvolvimento (contudo, ele é de suma importância para as discussões sobre antropologia e intervenção no Brasil, por exemplo, como bem observou Soraya Fleischer [2007]).

Optei neste texto pelo uso do conceito mais abrangente de antropologia prática (Baba 1994), como o atributo ‘aplicada’ poderia levar a mal-entendidos devido a sua proximidade terminológica com a antiga antropologia colonial.

Códigos e diretrizes de ética na antropologia: um breve apanhado histórico

A atuação antropológica em meios extra-acadêmicos é um dos temas mais persistentes nos debates sobre a ética profissional na área. Códigos de ética profissionais, como o da *American Anthropological Association* (AAA) podem ser abrangentes e incluir (ou implicar) essas modalidades de atuação, mas também há associações profissionais voltadas exclusivamente para a antropologia prática, com diretrizes éticas próprias que problematizam de forma mais específica as responsabilidades profissionais fora dos contextos estritamente acadêmicos.

Questões éticas da pesquisa antropológica aplicada começaram a ser debatidas no início do século XX. Uma das primeiras discussões acaloradas eclodiu em 1919, quando Franz Boas foi excluído temporariamente da AAA por ter acusado, numa “Carta à Nação”, quatro colegas de ter agido como espiões disfarçados de pesquisadores (Boas 1919; veja também Price 2000), porém essas questões apenas ganharam mais alcance e fôlego depois da Segunda Guerra Mundial, em particular nos anos 1960, depois da denúncia e divulgação de uma série de pesquisas encobertas para as forças armadas e serviços secretos americanos (Horowitz 1967).

A primeira resolução ética historicamente conhecida de uma associação profissional de antropólogos foi a *Resolution on Freedom of Publication* (1948)³, da AAA, em que as instituições financiadoras foram exortadas de garantir pesquisas isentas e publicações não censuradas e, além disso, a proteção aos grupos pesquisados. Desde os anos 1940, uma parte significativa dos antropólogos americanos atua em ambientes não-acadêmicos voltados para a aplicação de conhecimentos antropológicos. Uma parte desses profissionais fundou, em 1941, a *Society for Applied Anthropology* (SfAA)⁴ que, em 1963, lançou orientações de responsabilidades éticas e profissionais para seus sócios (*Statement of Ethical and Professional Responsibilities*)⁵. Como uma das reações ao fracassado Projeto Camelot (Horo-

³ Cf. www.aaanet.org/stmts/ethstmnt.htm

⁴ Cf. www.sfaa.net

⁵ Cf. www.sfaa.net/sfaaethic.html

witz, op.cit.), cuja divulgação escandalizou muitos antropólogos na época, a AAA lançou, em março de 1967, um *Statement on Problems of Anthropological Research and Ethics*⁶, com pretensão de validade para todos os antropólogos profissionais. Em 1969, no auge da Guerra de Vietnã, a associação instaurou um próprio Comitê de Ética, responsável exclusivamente para a atuação profissional de seus sócios⁷. Este comitê apresentou uma proposta inicial de um código de ética que, no entanto, foi rejeitado pela diretoria da associação por ser considerado polêmico demais. Uma versão revisada do código foi, então, lançada em 1971 como *Princípios de Responsabilidade Profissional*⁸. Os *Princípios* tratam de assuntos como relações com as pessoas e grupos pesquisados, o grande público, a comunidade científica, alunos e também as instituições governamentais e de fomento dos países onde pesquisas antropológicas são realizadas.

Em 1997, o *Código de Ética*⁹ substituiu os *Princípios* de 1971. Uma das mudanças mais significativas com relação ao caráter do documento, além da necessidade de adaptar os *Princípios* aos perfis profissionais de atuação antropológica em transformação, foi desistir da função da associação como árbitra sobre condutas antiéticas. Em vez disso, os esforços deveriam ficar concentrados no apoio e fomento a atividades curriculares de formação ética. O enfoque, então, não seria mais em eventuais sanções profissionais, as quais, aliás, sempre tem sido muito difícil aplicar. Uma distinção interessante agora é feita entre pesquisas legalmente contratadas (*proprietary research*), eticamente legitimadas, por empregadores não-acadêmicos, por um lado, e pesquisas clandestinas e encobertas (*clandestine research, secret research*) a serem condenadas, por outro lado (cf. Fluehr-Lobban 2000).

É muito interessante observar que, apesar dos esforços históricos exemplares da AAA de estabelecer princípios gerais de conduta ética para a atuação profissional, não só de seus sócios, a associação teve difi-

⁶ Cf. www.aaanet.org/stmts/ethstmnt.htm

⁷ Cf. www.aaanet.org/committees/ethics/members.htm

⁸ *Principles of Professional Responsibility* (www.aaanet.org/stmts/ethstmnt.htm; versão reelaborada de 1996).

⁹ Cf. www.aaanet.org/committees/ethics/ethcode.htm

culdades consideráveis de agir em casos de acusações graves contra seus sócios, como ficou patente no caso do geneticista James Neel e do antropólogo Napoleon Chagnon, acusados pelo jornalista Patrick Tierney (2000) de terem realizado pesquisas eticamente condenáveis entre os Yanomami a partir dos anos 1960. O caso foi muito bem documentado e analisado por Robert Borofsky (2005), que mostrou as dificuldades de levar o caso aos palcos das reuniões da associação, apesar das tempestades provocadas pelo livro na mídia global, como foram observadas diversas manobras por parte do *establishment* profissional de varrer o assunto debaixo do tapete.

Quanto a outras associações profissionais, em particular na Europa, foi a *Association of Social Anthropologists of the UK and Commonwealth* (ASA; www.theasa.org) que apresentou, em 1987, pela primeira vez suas *Ethical Guidelines for Good Practice*¹⁰, inspiradas nos *Princípios* da AAA de 1971, destacando as responsabilidades dos antropólogos com relação aos grupos pesquisados e às instituições financiadoras e apresentando propostas de condutas éticas. Em 1999, foi lançada uma versão reelaborada: *Ethical Guidelines for Good Research Practice*¹¹. O que logo chama a atenção é a palavra-chave “prática” no título. Além disso, a nova versão inclui diversos aspectos não levados em conta na primeira, como a pesquisa antropológica na própria sociedade, dilemas legais de pesquisa (e não apenas dilemas éticos), diferenciações de poder dentro dos grupos pesquisados e questões de propriedade intelectual.

Como se vê, uma associação profissional de antropologia aplicada, a SfAA, antecipou historicamente a elaboração de orientações éticas antes mesmo do lançamento de documentos respectivos por parte de organizações profissionais mais abrangentes. Complementar à iniciativa da SfAA, a NAPA (*National Association for Practicing Anthropology*)¹² apresentou, em 1988, suas próprias orientações éticas (NAPA 1988) para a prática antropológica, com enfoque nas relações complexas entre os grupos inseridos em contextos de pesquisas acadêmicas e não-acadêmicas.

Uma tendência parecida pode ser observada na antropologia alemã.

¹⁰ Cf. www.theasa.org/ethics/ethics_old.htm

¹¹ Cf. www.theasa.org/ethics/ethics_guidelines.htm

¹² Cf. www.practicinganthropology.org

A situação na Alemanha

Reflexões públicas de aspectos éticos da atuação antropológica, especialmente fora dos contextos universitários e museológicos, ainda são bem menos frequentes na antropologia alemã do que em outros contextos nacionais como no Reino Unido, nos Estados Unidos, nos Países Baixos ou no Brasil (veja o Código de Ética da ABA¹³). Chama a atenção que a associação profissional dos antropólogos alemães, a DGV (*Deutsche Gesellschaft für Völkerkunde*/ Sociedade Alemã de Etnologia¹⁴) até hoje não publicou orientações éticas próprias para seus sócios e outros profissionais não associados apesar de diversas sugestões em décadas anteriores (Jensen 1974, Koepping 1981, Tyrnauer 1984). Todas essas propostas e outras iniciativas apresentadas no início da década passada não tiveram o êxito almejado. Os poucos profissionais que se pronunciaram sobre o assunto, posicionaram-se contra a estipulação de critérios rígidos (Koepping 1981) ou supunham a atuação implícita de algum “legado protestante” (Münzel 1997) ao comentar uma proposta, até agora isolada, de um grupo de antropólogos da Universidade de Göttingen a favor de um currículo de ética (Drubig 1996). Debates sobre a introdução de um código de ética, realizados em algumas reuniões bianuais da associação, ou produziram polêmicas pontuais e efêmeras ou foram despachados para as reuniões paralelas de pequenos grupos interessados, embora tenha existido por muitos anos um grupo de trabalho permanente sobre ética (*AG Ethik*)¹⁵ sob a liderança do catedrático (hoje aposentado) de Etnologia Hermann Amborn, da Ludwig-Maximilians-Universität München. Uma das explicações não oficiais que ainda circulam entre os sócios da associação é que o estilo pouco diplomático e às vezes bastante

¹³ Cf. www.abant.org.br/index.php?page=3.1

¹⁴ Cf. www.dgv-net.de/home.html

¹⁵ Os Grupos de Trabalho (*Arbeitsgruppen*) da DGV geralmente têm um caráter permanente e precisam ser propostas junto à diretoria da associação e ser aprovadas na reunião plenária dos sócios. Elas também costumam se reunir durante os períodos entre as reuniões bianuais da associação. Desse modo, sua existência e atuação podem ser comparadas às dos GTs da ANPOCS, porém elas são mais duradouras (ver www.dgv-net.de/arbeitsgruppen.html).

provocador dos protagonistas do GT teria dificultado o surgimento de um clima mais receptivo para as propostas de criar um próprio código de ética.

Estranhamente, não foi o GT Ética da DGV, mas o GT Antropologia do Desenvolvimento (AGEE) que elaborou as primeiras orientações éticas para antropólogos em toda a história da antropologia alemã.

O que é a AGEE e como ela surgiu

Desde 1986 existe um Grupo de Trabalho permanente sobre antropologia do desenvolvimento no âmbito da DGV (*Arbeitsgemeinschaft Entwicklungsethnologie*, AGEE). Ela surgiu a partir de uma iniciativa de alguns docentes e pesquisadores que não faziam parte dos altos escalões das hierarquias universitárias, nem de outros grupos do *establishment* profissional, mas que atuavam em instituições, agências e projetos de cooperação internacional ou em organizações de apoio e solidariedade a populações e grupos desprivilegiados e oprimidos em diversas partes do mundo. Esses profissionais viram necessidades de demonstrar competências antropológicas para diversos aspectos da cooperação internacional que têm a ver, de alguma maneira, com cultura. Em vez de esperar por iniciativas da própria associação de dialogar com agências e instituições governamentais e não-governamentais para manifestar a utilidade de saberes antropológicos no campo político em jogo, foi criada uma iniciativa de baixo para cima.

Como o *establishment* antropológico na Alemanha tradicionalmente é avesso à atuação profissional em campos não-acadêmicos, especialmente à antropologia aplicada, a instalação da AGEE provocou imediatamente críticas, tanto explícitas quanto surdinas, e até hostilidades abertas contra sua mera existência. Enquanto alguns catedráticos repetiram exaustivamente que não deveria haver nenhuma antropologia aplicada na Alemanha por causa do envolvimento de uma série de antropólogos alemães com o nazismo (argumentando implicitamente de que até meio século após a derrota total e o fim da guerra o trauma ainda seria insuperável para os antropólogos, porém estranhamente não para médicos, psiquiatras ou juristas), as críticas mais persistentes vinham de antropólogos ligados ao GT Ética. Um dos aspectos principais dessas críticas foi que a

AGEE supostamente não fazia uma distinção nítida entre uma antropologia *do* desenvolvimento (*anthropology of development*), então estudos antropológicos que visam uma crítica ao próprio conceito de desenvolvimento e a toda a indústria de agências e organizações que atuam em nome dele, e uma antropologia *no* desenvolvimento (*anthropology in development*), isto é, uma antropologia atuando dentro dessas agências e organizações, ou contratada por elas, então uma antropologia caracterizada de forma categórica como eticamente não legitimada¹⁶. O auge dessas críticas foi uma coletânea organizada por Amborn (1993), que tem o título *Ética desconfortável (Unbequeme Ethik)* e aparentemente visou estimular os debates sobre aspectos éticos da atuação profissional antropológica em geral, mas tinha como alvo implícito a AGEE. Essas críticas tinham pouco embasamento empírico, como as duas vertentes da antropologia do desenvolvimento sempre eram presentes – e continuam ser – entre os membros da AGEE. Além disso, uma atuação no âmbito da cooperação internacional não é antiética *per se*, do modo que algumas das críticas lançadas revelam mais as visões políticas dos críticos.

Uma das conseqüências dos debates estagnados dentro da DGV foi a iniciativa dos membros da AGEE de transformar o GT numa associação registrada para ganhar mais independência política. Desde 1991, a AGEE não é apenas um GT permanente na DGV, mas também uma associação registrada (*eingetragener Verein*, e.V.) na cidade de Köln (Colônia), porém institucionalmente ancorada no Instituto de Etnologia da Universidade de Trier¹⁷. Todos os seus fundadores e integrantes da diretoria, inclusive o autor deste texto, por muitos anos não faziam parte dos quadros docentes efetivos dos institutos e museus de antropologia e ainda menos do *establishment* acomodado, que em sua grande maioria não se preocupava muito com as perspectivas profissionais frustrantes dos jovens antropólogos.

Em sua auto-definição, a AGEE é uma associação de antropólogos, cientistas de áreas afins e profissionais da área de cooperação internacional que se entende como um fórum para promover a troca de experiên-

¹⁶ Quanto à distinção entre essas duas versões da antropologia do desenvolvimento cf. Gardner & Lewis (1996).

¹⁷ Cf. www.uni-trier.de/uni/fb4/ethno/homep.htm

cias¹⁸. Seus objetivos são: (1) sendo uma interface entre teoria e prática, realizar um aporte de teorias e métodos antropológicos às conceituações e práticas da cooperação internacional e (2) integrar as experiências e lições da cooperação internacional nos currículos universitários e divulgá-las entre um público mais amplo. Com isso, espera-se uma contribuição de aspectos pragmáticos rara na prática das ciências humanas na Alemanha.

O que distingue a AGEE em termos de inovações conceituais é uma definição própria de desenvolvimento. Ela se distancia de conceitos teleológicos de desenvolvimento em termos e idéias ocidentais. Ela faz questão de ver objetivos de desenvolvimento de acordo com visões locais, questionar os próprios valores sociais e culturais (ocidentais) e verificar sua relevância nos respectivos contextos locais. A AGEE define desenvolvimento como “o melhoramento da situação dos grupos respectivos segundo seus próprios critérios, levando em consideração necessidades e aspectos globais”¹⁹. O aspecto central nesta definição é o diálogo voltado para tentar chegar a um consenso entre grupos de interesse e culturas diferentes focalizando a redução da pobreza, o que também permite, no caso de divergências insuperáveis entre os diversos lados envolvidos, um posicionamento em favor de grupos desfavorecidos. Como o próprio conceito de pobreza é objeto de debates científicos, a AGEE se orienta pelos princípios gerais das organizações das Nações Unidas, porém faz questão de ficar atento a conceituações locais de pobreza.

Um dos aspectos mais interessantes da atuação da AGEE foi o lançamento de um periódico próprio em 1992, a *Entwicklungsethnologie*²⁰, publicada em dois fascículos por ano e um tipo de vitrine da associação. Trata-se de um dos pouquíssimos periódicos especializados em antropologia do desenvolvimento. Inicialmente produzida na Universidade de Trier, hoje é publicada pela editora Verlag für Entwicklungspolitik em Saarbrücken. Além de números com artigos misturados, há números temáticos como *Ethik im Entwicklungskontext* (ética no contexto de políti-

¹⁸ Ver www.entwicklungsethnologie.de/selbstverstaendnis.htm

¹⁹ “Die Verbesserung der Situation der betroffenen Gruppen gemäß ihrer eigenen Kriterien, wobei globale Notwendigkeiten berücksichtigt werden müssen.” (www.entwicklungsethnologie.de/selbstverstaendnis.htm)

²⁰ Ver www.entwicklungsethnologie.de/publikationen.cfm

cas de desenvolvimento; 2001), *Culture for Development – Cultures of Development: 20 Years of Development Anthropology in Germany* (2004) ou *Law and Development* (2005). O periódico ganhou o conceito Internacional B no Sistema Qualis da Capes.

Por que a associação elaborou orientações éticas próprias?

Antropólogos que atuam no campo político chamado ‘desenvolvimento’ geralmente se encontram inseridos em contextos institucionais marcados por obrigações contratuais junto às agências e/ou instituições contratantes. Questões típicas são: Como combinar objetivos e interesses das instituições contratantes com os eventualmente divergentes da população local? Como colocar em prática princípios de participação, especialmente em ambientes sociais não propícios a eles? A quem é que o antropólogo deve mais lealdade: à agência contratante ou à população local supostamente beneficiada por um projeto? Qual é o nível de obrigatoriedade contida em cláusulas contratuais que dizem respeito a segredos profissionais, no caso de violações a direitos humanos ou destruições ambientais evidentes?

A atuação antropológica e suas características metodológicas, tanto a pesquisa acadêmica quanto o trabalho no âmbito da cooperação internacional, exigem, em sua grande maioria, relações mais próximas e diretas com grupos e/ou populações culturalmente diferenciadas. Uma antropologia do desenvolvimento prática geralmente é realizada em contextos complexos e frequentemente marcados por valores sociais e culturais divergentes e relações desiguais de poder. Nestas situações é comum surgir mal-entendidos, conflitos, dilemas e a necessidade de avaliar divergências entre interesses e valores envolvidos. Quem ganha dinheiro trabalhando e pesquisando em contextos marcados por desigualdades e conflitos geralmente é obrigado fazer algum tipo de posicionamento, e para este posicionamento as orientações éticas podem fornecer um apoio substancial de reflexão. Além disso, no caso específico da AGE, elas também representam uma segurança contra críticas, às vezes lançadas de forma leviana e pouco refletida, de que uma antropologia do desenvolvimento seria um desdobramento da antiga antropologia colonial com outros meios.

As orientações éticas (*Ethische Leitlinien*) da AGEE: história, motivos, avaliações

Os destinatários principais das orientações éticas da associação são antropólogos como peritos, consultores e cooperantes com contratos de curta e longa duração e outros pesquisadores ativos nos contextos da cooperação internacional. Elas são resultado de debates prolongados, de vários anos, dentro da AGEE e em diálogo com a DGV sobre problemas e desafios profissionais éticos específicos da atuação de antropólogos no campo político de 'desenvolvimento'. Uma primeira versão das orientações éticas foi elaborada no final dos anos 1980, mas experiências profissionais concretas dos sócios, especialmente no âmbito da cooperação internacional, em meados da década passada mostraram que havia certas defasagens e pontos cegos que obrigaram elaborar uma versão modificada e mais bem adaptada às realidades profissionais.

Em 1996, foi nomeado um grupo de trabalho que teve a tarefa de elaborar uma nova proposta, e em 1999 a nova versão foi apresentada à reunião dos sócios para ser lançada inicialmente em 2000²¹. A apresentação pública para estimular debates e críticas foi feita em janeiro de 2001 por convidar diversos especialistas e antigos críticos da AGEE para escrever comentários que seriam publicados no volume 10(1+2) da revista *Entwicklungsethnologie*. E finalmente foi organizada, em janeiro de 2002, uma reunião na *Akademie für politische Bildung* (Academia para Formação Política) em Tutzing, Alemanha, para apresentar as orientações éticas a representantes de organizações convidadas, debatê-las por compará-las com princípios éticos das próprias organizações e publicar os debates e resultados (Bliss et al. 2002). Então, houve um estímulo explícito para continuar com contribuições críticas para aperfeiçoar as orientações éticas.

²¹ Ver www.entwicklungsethnologie.de/Leitlinien.pdf [em alemão] ou www.entwicklungsethnologie.de/LeitlinienEng.pdf [em inglês]; Schönhuth & Bliss s/a.

O caráter específico das orientações éticas da AGEE.

As orientações éticas representam um tipo de referencial (*framework*) para decisões e atuações eticamente conscientes e embasadas tanto para a própria cooperação internacional quanto para a perícia antropológica contratada. Trata-se de um tipo de consenso ético básico para sócios, porém de nenhum código com possibilidades de sanções.

O que caracteriza as orientações éticas da AGEE são os aspectos seguintes:

- 1) Uma **definição própria de desenvolvimento**.
- 2) O princípio do **respeito**: respeito por outras visões e idéias de vida social; empatia e capacidade de compreensão interpessoal; criação de espaços de diálogo livre no nível institucional; disposição a negociar; e *fairness* no nível político. Respeito, neste caso, não significa a aceitação acrítica de outros valores e pensamentos, mas um relacionamento construtivo com eles.
- 3) O princípio de **participação**: participação não é apenas um meio e método para agilizar a aceitação de projetos e políticas, mas um **objetivo** importante da atuação desenvolvimentista. Isto implica, por exemplo, em que a população local em questão defina seus próprios objetivos de desenvolvimento e que a participação dela mesma na realização desses objetivos seja decisiva. Então, há diversas demandas e exigências com relação a todos os lados envolvidos. Importante é a sugestão para antropólogos envolvidos de se sentirem obrigados a atuar em favor da modificação ou do cancelamento de projetos quando estes são realizados contra a livre vontade da população local em questão ou de uma parte dela (pó exemplo, quando um complexo hidrelétrico provocaria o deslocamento de grupos indígenas ou não-indígenas).
- 4) O princípio da **transparência**: trata-se do princípio de transparência máxima do início ao fim de medidas e projetos. Sempre deverá haver a possibilidade de avaliação final por parte da população local envolvida. Na verdade, é a idéia de uma prestação de contas contínua.
- 5) O princípio **holístico**: consideração e inclusão das inter-relações

mútuas dos diversos aspectos da vida da população local envolvida e demanda por uma cooperação interdisciplinar dos atores sociais envolvidos. Inclusive, há uma sugestão de não aceitar condições de trabalho que impossibilitam aproveitar um tempo mínimo para abordagens holísticas. Este princípio certamente é o mais aceito por muitos antropólogos.

- 6) **Conseqüências e impactos não intencionados e imprevistos:** há uma obrigação moral dos antropólogos envolvidos de avisar tanto as agências financiadoras quanto a população local em questão sobre eventuais impactos negativos e de elaborar propostas alternativas. No caso de estas serem ignoradas, a proposta nas orientações éticas é que os antropólogos envolvidos cancelem a cooperação e perícia por parte.
- 7) O princípio do **anonimato:** isto diz respeito não apenas aos princípios universais de proteção aos direitos do indivíduo, mas também a eventuais regras locais de não-publicidade.
- 8) Os **limites dos segredos profissionais:** há a obrigação moral dos antropólogos envolvidos de denunciar violações aos direitos humanos ou destruições ambientais e eventualmente divulgá-las pela mídia ou por outros caminhos. Segredos profissionais contratuais deveriam ficar limitados a assuntos internos (de pessoal e finanças) dos projetos.

Um dos maiores desafios é a questão de como aplicar as orientações éticas na prática. Os autores sugerem explicitar a todos os envolvidos (especialmente aos contratantes) a orientação da própria atuação profissional com base nelas e, além disso, dar preferência a assinar contratos com agências e organizações que atuam, em termos gerais, de acordo com os princípios expostos.

O que as orientações éticas *não* são

As orientações éticas da AGEE não foram conceituadas como obrigações de caráter coercitivo, mas como compromissos éticos a serem assumidos individual e voluntariamente. Elas não representam nenhum código que poderia ser comparado aos de associações profissionais

medicinais ou psicológicas, por exemplo, e com isso não há possibilidades de aplicar eventuais sanções. A AGEE não tem poder de obrigar seus sócios a seguir um código de conduta ética. Assim, as orientações representam apenas o estado da arte dos debates em torno delas. Nas palavras do filósofo Droessner (2001), as orientações traçam para os profissionais um horizonte ético, com certos padrões valorativos e práticas sendo apresentados como deveres, porém no sentido de uma *oferta*. Ainda existem necessidades de modificá-las e adaptá-las com base em mais experiências profissionais concretas.

Reações acadêmicas e não-acadêmicas e as potencialidades das orientações éticas

Debates sobre as possibilidades e potencialidades das orientações éticas da AGEE até agora focalizaram quatro aspectos²²:

- 1) Suas características específicas;
- 2) Seus pontos cegos;
- 3) Sua relevância política;
- 4) Suas utilidades práticas.

Quanto às **características específicas das orientações éticas**, foram observados, por um lado, alguns paralelismos com outros documentos do mesmo caráter, citadas na primeira parte deste texto, mas, por outro lado, também uma série de diferenças distintivas. O que chamou a atenção dos críticos foi a elaboração de um conceito próprio de desenvolvimento, baseado no princípio do respeito por outras culturas, especialmente no respeito por conceituações locais e culturais de desenvolvimento (por exemplo, idéias locais de qualidade de vida). Também foi observado que o princípio do respeito por outros sistemas de valores e conceituações de vida pode ser relacionado com a idéia de tomar a sério a proposta do “diálogo das culturas” articulado em resoluções das Nações Unidas depois do 09/11.

²² Os debates e críticas publicadas são Bliss (2002), Bliss et al. (2002), Bohnet (2002), Droessner (2001), Euler (2001), Jahn 2002, Kohnert (2001), Kramer (2001), Muller (2002), Münzel (2001) und Rottländer (2002).

Quem quer seguir as orientações éticas da AGEE, terá um compromisso com demonstrar as limitações das diversas conceituações de desenvolvimento, em particular no diálogo com as agências e organizações que detêm algum poder definitivo sobre o conceito, e com a intermediação entre diversos valores, perspectivas e posições que estão em jogo nas arenas políticas de projetos ou outras ações. Isto implica, por parte dos antropólogos envolvidos de ter a capacidade hermenêutica de identificar e discernir os significados de 'desenvolvimento' nos contextos sociais e políticos em que atuam e de ter competência lingüística crítica para lidar com eventuais divergências. Antropólogos que atuam na cooperação internacional precisam se dar quais são, afinal, seus objetivos de trabalho e se eles são, eventualmente, instrumentalizados pelas agências ou organizações contratantes.

Outros aspectos louvados pelos críticos foram:

- a) O destaque dado à proteção dos envolvidos e dos informantes;
- b) O princípio da transparência do próprio trabalho com relação a todos os atores sociais envolvidos;
- c) A limitação do princípio dos segredos profissionais aos assuntos internos do projeto;
- d) A ilustração de dilemas éticos por exemplos concretos que acompanham o folder, com propostas para refletir sobre alternativas de atuação em situações concretas e
- e) Finalmente, os debates públicos sobre as orientações e a publicação das críticas.

Quanto aos **pontos cegos**, é possível observar diferenças entre as críticas oriundas do meio acadêmico e aquelas do meio não-acadêmico. Entre as críticas acadêmicas, as mais fortes foram enunciadas por Mark Münzel (2001), catedrático de Etnologia da Philipps-Universität Marburg (e membro do Conselho Editorial deste periódico): as orientações éticas se encaixariam tanto nas linhas no *Zeitgeist* por abraçar princípios como justiça social, sustentabilidade ambiental e participação que todo mundo só pode concordar, inclusive qualquer agência desenvolvimentista que hoje em dia faria uso dos mesmos conceitos em suas estratégias retóricas. O caráter das orientações éticas seria apolítico e marcado por algum medo de enfrentar conflitos com as agências e instituições que determinam os rumos das políticas de desenvolvimento. Além disso, haveria um

relativismo cultural clássico implícito alimentado por idéias que se aproximariam das teorias boasianas dos anos 1950, com perigo de sacrificar princípios científicos e de colocar a cultura num patamar superior às liberdades individuais. Estas críticas foram replicadas com veemência por Bliss et al. (2001).

Outras críticas de representantes do meio acadêmico chamaram a atenção para o perigo de idealizar práticas culturais pré-modernas (Kramer 2001); para o uso de determinadas expressões do jargão desenvolvimentista, como *afetados* ou *atingidos* (*'Betroffene'*), para os supostos beneficiados de projetos ou outras ações, contudo sem saber oferecer uma alternativa mais adequada (Euler 2001); e para o destaque dado ao princípio de justiça social, sem falar de solidariedade com os pobres (ibid.). Kohnert (2001), por sua vez, observou contradições lógicas no próprio conceito de desenvolvimento definido nas orientações éticas, porque ele conteria pressupostos de que seja possível realizar avaliações éticas e diálogos interculturais com base numa lógica de inspiração weberiana de tipo ideal, distinguindo entre ação utilitarista e ação racional valorativa.

As críticas de representantes das agências e organizações de cooperação internacional concentraram-se principalmente na falta de explicações sobre contextos políticos da atuação profissional antropológica em meios não-acadêmicos e sobre o embasamento ético da própria cooperação internacional atual (Rottländer 2002), mas também sobre insuficiências de algumas definições (por exemplo, o de desenvolvimento) e propostas de alternativas a elas (Müller 2002).

Quanto à questão da **relevância política** das orientações éticas, ficou evidente que suas propostas devem ser analisadas no contexto de debates mais abrangentes sobre ética no âmbito da cooperação internacional, realizados especialmente nas áreas de direitos humanos; biodiversidade, sociodiversidade e diversidade lingüística; boa governança (*good governance*); participação, propriedade (intelectual) e empoderamento (*empowerment*); e inclusão da sociedade civil na avaliação dos impactos da cooperação internacional. Estes debates, por sua vez, só podem ser entendidos no contexto de outras discussões e políticas em torno do *boom* dos conceitos de cultura organizacional e da revitalização do conceito de desenvolvimento organizacional, a partir dos anos 1980; de questões de sustentabilidade ambiental; de iniciativas e novas idéias e práticas de

humanização das relações de trabalho no contexto internacional; e das conseqüências éticas dos avanços nas biociências e na medicina. Deste ponto de vista, foi observada a necessidade de uma associação como a AGEE relacionar suas orientações éticas de forma mais clara com esses debates.

Quanto à questão das **utilidades concretas** das orientações éticas, ainda restou uma série de questões para as quais não há respostas fáceis e prontas: Quem, afinal, são os verdadeiros beneficiários de orientações éticas? A população local ou os antropólogos (que podem se sentir melhor emocionalmente seguindo as orientações)? Quem fala em favor de quem com base nas orientações éticas? Quem é realmente protegido pela aplicação delas? Eventualmente apenas uma minoria que goza de alguns privilégios sociais ou econômicos?

Um dilema muito sério pode ser a questão seguinte: onde há, em projetos ou programas de cooperação internacional, espaços para a aplicação de um *ethos* profissional antropológico? A relevância de orientações éticas nas próprias instituições de cooperação internacional é muito reveladora: freqüentemente elas são vistas e tratadas como alguma coisa complementar, secundária, um assunto ao qual se dedica algum tempo (em cursos de curta duração, por exemplo) quando ele sobra depois de resolver outras questões consideradas mais importantes.

Contudo, há um critério que merece ser levado em conta: segundo os autores das orientações éticas, não importa apenas a explicitação delas perante as agências e organizações contratantes, mas também as visões que a própria população local pode ter das orientações, e seguindo este princípio de transparência, é possível imaginar que as orientações éticas da AGEE podem ter algum impacto sobre o andamento de projetos.

Conclusões

Embora as experiências da associação com suas orientações éticas sejam apenas recentes e certamente mereçam diversas modificações e adaptações, é possível tirar algumas lições de aprendizagem que também são interessantes para ambientes institucionais sul-americanos:

- ◆ A elaboração de códigos de ética específicos ou de orientações éticas para determinados ramos ou subáreas da antropologia pode ser uma resposta adequada a demandas específicas, em particular em algumas áreas de atuação da antropologia prática, não-acadêmica.
- ◆ O caso específico da associação AGEE mostrou que isto até é possível em ambientes acadêmicos pouco propensos a apoiar tais iniciativas.
- ◆ Orientações éticas como as analisadas deveriam ser vistas como uma ajuda e um estímulo de reflexão sobre dilemas éticos da atuação profissional para facilitar tomar decisões, e não como regimentos. Elas deveriam ser encaradas como fundamentos para atuações éticas.
- ◆ Um dos maiores desafios de iniciativas como a descrita continua ser a questão como integrar de forma sistemática suas idéias sobre a relatividade de conceitos em campos políticos complexos permeados por grandes assimetrias de poder, como a cooperação internacional.

O exemplo apresentado neste texto mostra uma das possíveis reações às especializações cada vez maiores, com suas ramificações e filigranas subtemáticas, observadas não só na antropologia, as quais afetam esforços de garantir padrões mínimos de eticidade na atuação profissional. Trata-se de uma tendência global que coloca em xeque a aceitação de diretrizes ou orientações éticas de caráter geral. Se o caminho ilustrado é a melhor opção ou apenas uma das possíveis, ainda está em aberto. No entanto, uma coisa ficou clara: ela é melhor do que a tendência contemporânea, constatada em muitas partes das ciências sociais, de optar por éticas privadas.

Bibliografia

- AMBORN, Hermann (org.). 1993. *Unbequeme Ethik: Überlegungen zu einer verantwortlichen Ethnologie*. Berlin: Reimer.
- BABA, Marietta L. 1994. "The Fifth Subdiscipline: Anthropological Practice and the Future of Anthropology." *Human Organization*, 53(2):174-86.

- BLISS, Frank. 2002. "Welche Ethik braucht die Entwicklungszusammenarbeit? Die Berücksichtigung von ethischen Grundsätzen in den Institutionen." In BLISS, Frank et al. (org.):11-24.
- _____; FALK, Antje; SCHÖNHUTH, Michael. 2001. "Replik auf die eingegangenen Stellungnahmen zu den Ethischen Leitlinien der Arbeitsgemeinschaft Entwicklungsethnologie (AGEE)." *Entwicklungsethnologie*, 10(1+2):53-9.
- _____. & SCHÖNHUTH, Michael. 2002. "'Ethische Leitlinien' für die entwicklungspolitische Praxis: Entwicklungsethnologen rufen zur Selbstverpflichtung auf." *E+Z*, janeiro:4-5.
(www.inwent.org/E+Z/1997-2002/ez102-3.htm; acesso em 18/05/07)
- _____; SCHÖNHUTH, Michael; ZUCKER, Petra (org.). 2002. *Welche Ethik braucht die Entwicklungszusammenarbeit?* (Beiträge zur Kulturkunde, 22) Bonn: PAS.
- BOAS, Franz. 1919. "Scientists as Spies." *The Nation*, December 20: 797.
- BOHNET, Michael. 2002 "Wirtschaftsethik und Entwicklungspolitik." In BLISS, Frank et al. (org.):72-84.
- BONHOMME, Julien. 2007. "Anthropologues embarqués."
(www.laviedesidees.fr/Anthropologues-embarques.html; acesso em 11/12/07)
- BOROFSKY, Robert et al. 2005. *Yanomami: The Fierce Controversy and What We Can Learn from It*. (California Series in Public Anthropology, 12) Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. 2000 [1998]. "Etnicidade, eticidade e globalização." In *O trabalho do antropólogo*, pp. 169-188. 2ª edição. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora UNESP.
- DROESSNER, Gerhard. 2001. "Ethisch Lernen im interkulturellen Handeln: Zu den Leitlinien der AGEE." *Entwicklungsethnologie*, 10(1+2):15-33.
- DRUBIG, Roland et al. 1996. "Für die Einrichtung eines Ethik-Curriculums in der Ethnologie." *DGV-Mitteilungen*, 25:53-8.
- EULER, Claus. 2001. "Kommentar." *Entwicklungsethnologie*, 10(1+2):37-9.
- FLEISCHER, Soraya. 2007. "Antropólogos 'anfíbios'? Alguns comentários sobre a relação entre antropologia e intervenção no Brasil." *Revista ANTHROPOLOGICAS*, 18(1):37-70.

- FLUEHR-LOBBAN, Carolyn. 2000. "Ethics." In BERNARD, H. Russell (ed.): *Handbook of Methods in Cultural Anthropology*, pp. 173-202. Walnut Creek, etc.: AltaMira.
- GARDNER, Katy & LEWIS, David. 1996. *Anthropology, Development and the Post-Modern Challenge* (Anthropology, Culture & Society) London, Chicago: Pluto Press.
- HOROWITZ, Irvin Lewis (ed.). 1967. *The Rise and Fall of Project Camelot: Studies in the Relationship between Social Science and Practical Politics*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1967.
- JAHN, Walter. 2002. "Ethische Werte in der Arbeit der Deutschen Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ)." In BLISS, Frank et al (org.):120-5.
- JENSEN, Jürgen. 1974. "Ethics and Some Politics for the Applied Anthropologist: Remarks on Publications of R.L. Beals, G. Sjoberg and I.L. Horowitz about Some Controversial Issues in Social Sciences." *Sociologus*, 22(1-2):139-45.
- KOEPPING, Klaus-Peter. 1981. "Probleme der Ethik der Ethnographie in Theorie und Methode." In SCHMIED-KOWARZIK, Wolfdietrich & STAGL, Justin (org.): *Grundfragen der Ethnologie Beiträge zur gegenwärtigen Theorie-Diskussion*, pp. 93-106. Berlin: Reimer.
- KOHNERT, Dirk. 2001. "Kommentar." *Entwicklungsethnologie* 10(1+2):40-3.
- KRAMER, Dieter. 2001. "Das eigentliche Dilemma ist die Definition von Entwicklung." *Entwicklungsethnologie* 10(1+2):46-9.
- LECLERC, Gérard. 1976 [1972]. *Anthropologie und Kolonialismus*. Frankfurt am Main, Berlin, Wien: Ullstein.
- MÜLLER, Johannes. 2002. "Ethische Grundsatzprobleme in der Entwicklungspolitik: Der Imperativ menschlicher Solidarität und die Entwicklungsethnologie." In BLISS, Frank et al. (org.):50-64.
- MÜNZEL, Mark. 1997. "Zum Vorschlag der Einrichtung eines Ethik-Curriculums in der Ethnologie." *DGV-Mitteilungen*, 26:63-4.
- _____. 2001. "Robespierre und der hl. Franziskus: Kommentar zu: Ethische Leitlinien der Arbeitsgemeinschaft Entwicklungsethnologie (AGEE) e.V. – Erläuterungen und Praxishinweise." *Entwicklungsethnologie* 10(1+2):50-2.

- NAPA (National Association for Practicing Anthropology). 1988. "Ethical Guidelines for Practitioners." *Anthropological Newsletter*, 29(8): 8-9.
- PRICE, David H. 2000. "Anthropologists as Spies." *The Nation*, November 20 (vol. 271, n. 16:24-7)
- ROTTLÄNDER, Peter. 2002 "Die ethischen Leitlinien der Arbeitsgemeinschaft Entwicklungsethnologie aus der Sicht von Misereor." In BLISS, Frank et al. (org.):85-92.
- SCHÖNHUTH, Michael; BLISS, Frank. s/a. *Ethische Leitlinien der Arbeitsgemeinschaft Entwicklungsethnologie (AGEE) e V.: Erläuterungen und Praxishinweise* (Trierer Materialien zur Ethnologie, 2) Trier.
(www.entwicklungsethnologie.de/Leitlinien.pdf; acesso em 18/05/07)
- _____; _____; WENTZEL, Sondra. s/a. *Ethical Guidelines of the Workgroup Development Anthropology (AGEE) e V.: Explanations and Practical Advice* (Trierer Materialien zur Ethnologie, 3) Trier.
(www.entwicklungsethnologie.de/LeitlinienEng.pdf; acesso 18/05/07)
- SEITHEL, Friderike. 2000. *Von der Kolonialethnologie zur Advocacy Anthropology: Zur Entwicklung einer kooperativen Forschung und Praxis von EthnologInnen und indigenen Völkern*. (Interethnische Beziehungen und Kulturwandel, 34) Hamburg: Lit.
- SFAA (Society for Applied Anthropology). *Statement of Ethical and Professional Responsibilities*. (www.sfaa.net/sfaaethic.html; acesso em 18/05/07; primeiro publicado em *Human Organization*, 23, 1963: 237)
- TIERNEY, Patrick. 2000. *Darkness in El Dorado: How Scientists and Journalists Devastated the Amazon*. New York: Norton.
- TYRNAUER, Gabrielle. 1984. "Handeln und Ethik in der Angewandten Ethnologie." *Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie*, 36:113-23.

Recebido em setembro de 2007

Aprovado para publicação em novembro de 2007